

WESLEY RAUL MELLO ZANONI

O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MATO-GROSSENSE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Nilson de Paula

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada com requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia, à seguinte banca:



Orientador: Professor Doutor Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia



Professor Doutor Fabio Doria Scatolin
Departamento de Economia



Professor Romeu Herbert Friedlander Junior
Departamento de Economia

Curitiba, 2004

AGRADECIMENTOS

Cabe em primeiro lugar agradecer a DEUS, criador, salvador e conservador, pelas graças derramadas sobre nós. De Seu amor e bondade defluiu a inteligência com que nos favoreceu para desenvolver este trabalho e forças para superar as dificuldades e falta de compreensão encontradas neste mundo em que só o que é material parece ter valor.

Aos meus pais, Roberto Zanoni e Nelcy Mello Zanoni, pessoas muito especiais e dedicadas, que abriram mão de muitas coisas para apostar em seus filhos. Mãe, que sempre me dá muita força, carinho e compreensão. Pai, que com sua energia me faz forte e seguro de minhas escolhas. Devendo a eles o que sou.

Aos meus familiares que sempre me apoiam e acreditaram nos meus ideais, que jamais me desampararam nos momentos difíceis, cumprindo papel importante nesta jornada.

A meu orientador Prof. Nilson de Paula, que tanto nos ajudou e incentivou com seu saber, com suas correções de rumo, palavras de confiança no bom desenvolvimento desta monografia.

A todos os mestres que nos favoreceram com seus conhecimentos, expresso nas aulas e discussões permitindo uma formação sólida em Ciências Econômicas, essenciais para elaboração deste trabalho.

A todos amigos e colaboradores que mesmo sem o saber nos deram ajuda, sempre inestimável, para que este trabalho chegasse ao seu fim, e de quem nos abstermos de citar nome para não falhar.

Finalmente a todos quantos se dispuserem a ler este trabalho, por curiosidade ou necessidade e, ao julgá-lo, possam tirar dele algo, mais não seja e, com muito favorecimento, entendê-lo como fruto de muito trabalho e busca pelo conhecimento.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE GRÁFICOS	VI
RESUMO	VII
INTRODUÇÃO		8
1. RETROSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL	9
2. A FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATO-GROSSO	18
2.1 O Processo de Ocupação do Mato Grosso	18
2.2 Formação Fundiária	22
3. O DINAMISMO DO AGRONEGÓCIO MATO-GROSSENSE	25
3.1 Setor Público	27
3.2 Aptidão Agrícola	32
3.3 Pesquisa Agrícola	37
3.4 Desenvolvimento Agroindustrial	44
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ÍNDICE DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	10
TABELA 2 – PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - 1947/1994	12
TABELA 3 – FLUXO MIGRATÓRIO PARA O MATO GROSSO SEGUNDO O ESTADO DE ORIGEM. (1981-1991)	22
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO - MATO GROSSO, 1970 A 1995	23
TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS AGFS SOBRE A PRODUÇÃO TOTAL DO CENTRO-OESTE	29
TABELA 6 – CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO SUA APTIDÃO AGRÍCOLA PARA LAVOURAS, DE ACORDO COM DIFERENTES “MANEJOS” TECNOLÓGICOS	33
TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DIFERENTES SETORES AGROINDUSTRIAIS	45
TABELA 8 – CAPACIDADE INSTALADA DE PROCESSAMENTO DE SOJA NO MATO GROSSO	46

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CRÉDITO AGRÍCOLA	16
GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO DE SOJA, ARROS E MILHO NO MATO GROSSO	27
GRÁFICO 3 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DA SOJA – MT, PR, RS	36

RESUMO

Nas últimas décadas o desenvolvimento tecnológico tem sido marcante em vários setores da economia. O setor rural brasileiro especificamente no Mato Grosso não é diferente, sofrendo esse processo de profundas modificações e especialização em culturas como soja e algodão. Neste contexto, será analisado o desenvolvimento do agronegócio mato-grossense, partindo do início da modernização agrícola brasileira fomentada pelo Estado nos anos 50 e 60, até seus desdobramentos que culminaram na expansão da fronteira agrícola para o Mato Grosso no início dos anos 80. Assim como, o processo de ocupação com os incentivos públicos e o processo de migração de sulistas, que formaram um agronegócio moderno e dinâmico no estado. Demonstrando a articulação entre setor público, iniciativa privada, aptidão agrícola da região que resultaram em avanços de produtividade, tornando o agronegócio da região competitivo no mercado mundial.

PALAVRAS CHAVE: desenvolvimento; agronegócio; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O objeto de análise nesta monografia é o agronegócio no Mato Grosso, com especial atenção a agricultura, devido a sua grande expressão na economia estadual, utilizando-se da pecuária subsidiariamente. Tendo como objetivo principal proporcionar uma nítida visão dos fatores que contribuirão para o desenvolvimento do setor rural mato-grossense.

No capítulo 1 é traçada uma retrospectiva do setor rural brasileiro, a partir do momento que inicia o processo de modernização nas décadas de 50 e 60 intensificando-se na década de 70. O papel do Estado com as políticas de crédito e garantia de preços foi fundamental para as transformações ocorridas na agricultura brasileira naquele período. A formação do agronegócio no estado do Mato Grosso é interpretada neste trabalho como um desdobramento daquele processo, em grande parte concentrado nas regiões sul e sudeste.

No capítulo 2, serão vistos os elementos que contribuíram para a ocupação do estado pelo agronegócio moderno, a partir da análise das políticas públicas e transformações que estavam ocorrendo no sul e sudeste e que levaram a migração de produtores e trabalhadores para o Mato Grosso.

No capítulo 3, são contemplados os aspectos estruturais que propiciaram a consolidação e o dinamismo do agronegócio naquele estado. Para tanto destaque é dado às políticas públicas, à aptidão agrícola da região, à intensa pesquisa agrícola realizada tanto pelo poder público como pela iniciativa privada e por fim ao desenvolvimento agroindustrial. Finalmente são apresentadas as conclusões do trabalho.

CAPITULO 1 - RETROSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

A partir da década de 50, o Brasil encontrava-se num processo de transformação com o novo modelo econômico sustentado no intervencionismo estatal. O país iniciou uma fase de intensa industrialização, baseado na substituição de importações, com o Estado presente em setores estratégicos, afim de alavancar a industrialização de base. Sendo que, o setor agrícola nesta época tinha um tratamento negligente, com baixa produtividade nas culturas que abasteciam o mercado interno, conjugado com o processo de urbanização, resultado da política de industrialização substitutiva de importação, culminou com a grande crise de abastecimento de 1962.

A produção do setor agrícola até início da década de 1960 centrava-se fortemente em culturas de exportação, como o café e a cana-de-açúcar, e em culturas destinadas ao abastecimento interno, cultivadas normalmente com técnicas tradicionais (intensivas em mão-de-obra). A expansão de produção nessa sistemática de cultivo dava-se, fundamentalmente, pela agregação de novas terras, pela expansão do emprego agrícola e não por aumento de produtividade.

Havia a necessidade de transformação da agricultura atrasada e tradicional do país, de forma a impulsionar o desenvolvimento. Esse objetivo de transformação seria conseguido a partir da modernização das técnicas agrícolas e de investimento em capital humano. A ascensão dos militares ao poder, junto com seu projeto de modernização do país, modificou essa situação. Os militares introduziram, principalmente a partir de 1967, fortes mudanças na economia brasileira, as quais incluíram o setor rural. Como o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado para o período 1964/66, quando a abordagem da teoria da modernização começava a perpassar o direcionamento das políticas voltadas ao setor agrícola.

Segundo Goodmann, citado por Pereira (1992), "... o programa Paeg, implementado em 1964, expressava receios de que a agricultura 'atrasada' impusesse um sério limite ao desenvolvimento econômico". A adoção, então, de uma política voltada à modernização do setor rural mostrava-se preferível à reforma agrária (cuja discussão no início da década de 1960, permeou a cena política) como solução do problema da baixa produtividade.

Assim, a modernização passaria a significar uma reformulação da base técnica do setor, traduzida na indução e difusão do uso de insumos modernos (fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, etc.) e de maquinaria agrícola, visando ao aumento de produtividade dos fatores terra e trabalho.

TABELA 1 - ÍNDICE DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

ANO	ÁREA CULTIVADA(1000Ha)	TRATORES	Nº hectares/ Tratores
1960	25.672	62.684	410
1965	31.637	76.691	413
1970	34.912	97.160	359
1975	41.811	273.852	153
1980	47.641	480.340	99
1985	49.528	551.036	90
1990	47.666	515.815	92
1995	50.038	481.316	104

Fonte: Anfavea

Os efeitos da modernização começam a aparecer quando se analisam alguns indicadores. Por exemplo, se for utilizada como índice de mecanização da agricultura a relação número de hectares por trator de rodas, verificar-se-á que esse índice correspondia a 410 em 1960 e a 413 em 1965 (Tabela 1), evidenciando que, nesse período, teriam permanecido os métodos tradicionais de cultivo. Adicionalmente, para os anos de 1970, 1975 e 1980, os índices

respectivos de 359, 153 e 99 indicam uma nova dinâmica para a agricultura no período. A título de comparação, esse indicador, para os Estados Unidos e Canadá, perfazia, para o ano de 1993, 38,7 e 61,4, respectivamente (Anfavea, 1996).

Outro indicador - consumo de fertilizantes por hectare - revela que, em 1964, o Brasil consumia 8,3 kg desses; em 1970, 27,8 kg e, em 1975, 44,5 kg (Baer, 1996), estendendo-se o consumo para 82 kg/ha no período 92/94.

Em termos de inovações tecnológicas em insumos (fertilizantes e defensivos) e máquinas e implementos agrícolas, houve uma relação de preços favoráveis à incorporação dessas tecnologias no final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse período, a relação entre os preços pagos pelos insumos e os preços recebidos pelos produtores foi propícia à maior tecnificação das explorações. Tal modernização não faria sentido, porém, se, juntamente com a substituição de fatores de produção, não houvesse aumento na produtividade por unidade de terra (Baer, 1996).

Falar sobre o aumento da produtividade na agricultura, ilustrando números para sua compreensão, exige algumas palavras sobre sua conformação ao longo do tempo. Na história da agricultura brasileira até meados da década de 1980, o crescimento do setor assentou-se na dicotomia produtos exportáveis/produtos de mercado interno. Nesse último caso, incluem-se principalmente os alimentos.

Como pode ser observado na Tabela 2, a produtividade da lavoura de soja saltou de 1 088 kg/ha no período 1968/70 para 1 984 nos anos de 1992-93; para o milho, esses números vão de 1 283 kg/ha para 2 407 no mesmo período analisado. O trigo, sujeito a muitas quebras de safra em função das variações de clima que ocorrem no inverno brasileiro, saiu de uma produtividade inferior a 1 000 kg/ha, verificada desde 1947 até 1970, para uma produtividade de 1 443 kg/ha em 1992-93. A cana-de-açúcar, por sua vez, exibiu um crescimento contínuo em todo o período, saindo de uma produtividade de 38 333 kg/ha no período 1947-49 para 62 158 kg/ha de 1988-91 (Baer, 1996).

Dessa forma, o esforço de modernização da agricultura, relativamente ao período analisado, teve como um de seus fortes apelos à disseminação da

cultura de soja, lavoura que exibiu, desde os seus primórdios, altas concentrações dos fatores modernos de produção, com forte característica exportadora. Não obstante a soja, outras culturas obtiveram saltos de produtividades semelhantes ou até superiores que a soja, é o caso do algodão, milho e arroz, entretanto é interessante observar o desempenho da soja, devido a sua expressividade na produção nacional e no Mato Grosso, o foco de nossa análise. A taxa de crescimento da produção no período 1960/69 foi de 16,31%, saltando para 35,03% quando o período analisado é 1967/76 e exibindo, quando nos restringimos à década de 1970, o percentual de 22,47 de crescimento de 1970/79 (Melo, 1983). Pelos números apresentados, fica patente que o grande período de consolidação da cultura de soja no país foi de 1967/76.

TABELA 2 – PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - 1947/1994 (Kg/Ha)

Produtos	47-49	61-67	68-70	74-76	78-80	83-85	88-91	92-93
Algodão	442	554	490	526	546	679	1.321	1.264
Amendoim	1.004	1.347	1.286	1.196	1.473	1.582	1.671	1.739
Arroz	1.552	1.634	1.464	1.533	1.415	1.700	2.171	2.209
Cacau	450	312	378	436	681	623	544	456
Café	411	415	811	1.192	1.046	1.356	1.011	1.184
Cana-de-açúcar	38.333	42.773	45.551	43.806	55.252	62.034	62.158	63.929
Feijão	685	643	659	656	593	472	454	590
Mandioca	13.347	13.404	14.120	13.168	11.770	11.601	12.526	12.009
Milho	1.256	1.311	1.283	1.479	1.792	1.880	1.898	2.407
Trigo	789	658	833	1.110	862	1.314	1.603	1.443
Soja	-	1.056	1.088	1.463	1.398	1.399	1.841	1.984

Fonte: Paiva et al. em Baer (1996, p.318).

Essas lavouras são culturas nas quais o esforço para a utilização de insumos modernos e mecanização foram bastante significativos; todas elas

assentaram-se numa base de mecanização elevada e na utilização de defensivos agrícolas. O trigo só passou a ter ganhos de produtividade quando sementes adaptadas para as condições brasileiras foram postas à disposição dos agricultores. No caso da soja, o fato representativo foi a exploração intensiva nas regiões de cerrado e o conseqüente desenvolvimento de sementes adaptadas às suas condições edafoclimáticas. Quanto à cana-de-açúcar, o grande fator impulsionador foi a incorporação do álcool enquanto combustível automotor, através de programa específico de incentivo, o Proálcool.

O elemento chave para este processo de transformação que ocorreu no setor agrícola foi os incentivos governamentais. O governo militar deliberadamente concede créditos a juros negativos a agricultura incentivando o consumo de produtos industriais(maquinas, insumos), constituindo uma política de favorecimento da indústria em geral (Delgado, Gasques & Villa Verde, 1996). Ao longo de toda a década de 70, as taxas nominais de juros do crédito rural ficaram sempre abaixo da taxa de inflação. Para a aquisição de certos insumos, criaram-se linhas especiais de crédito, com remuneração e condições de pagamento favorecido para o produtor rural, conjuntamente com o fechamento do mercado nacional e o incentivo as exportações.

Esta política de “modernização compulsória” (Delgado, Gasques & Villa Verde, 1996), permaneceu até inicio da década de 80. Beneficiando o setor agroexportador moderno que nascia no país, com novas culturas com a soja, trigo e milho. Isto gerou uma forte pressão no meio rural, pois pequenos produtores e arrendatários não estavam em condições de acompanhar esse processo, havendo uma concentração de terras nas regiões produtoras(sul, sudeste). O preço da terra supervalorizou nestas regiões, havendo um esgotamento da fronteira agrícola tanto internamente às propriedades quanto externas. Com isto, pequenas propriedades as quais eram inviáveis o processo de mecanização foram vendidas para produtores com áreas maiores, e estes produtores migraram para as regiões de fronteira onde havia terra em abundância e não apenas os pequenos, também grandes produtores migraram, pois as facilidade impostas pelo governo e preço das terras foram fatores

determinantes. Nesta perspectiva, favorável para o agronegócio, este deslumbra novas oportunidades de expansão nas áreas de fronteira.

Os formuladores da política sustentaram na ampliação do crédito rural, a eliminação do risco de preços por meio de um política de garantia de preços mínimos mais eficaz, o fornecimento de armazéns para garantir a sua execução, a criação de um rede oficial de estabelecimentos varejistas para ampliar a capacidade de intervenção oficial na distribuição e o controle de preços ao consumidor e diversificação da pauta de exportações.

A intervenção procurou se basear nos moldes implantados na Europa e EUA, estruturada para manter a renda agrícola em níveis “desejáveis”, ou seja, visando à equidade na distribuição de renda entre as atividades agrícolas e não-agricolas. Essencialmente com a presença de mecanismos de garantia de preços que procuravam orientar o funcionamento dos mercados domésticos de produtos agrícolas e influenciar a formação da renda dos produtores. E principalmente estruturando políticas que transformam o controle do comércio externo num complemento essencial das políticas domésticas de preços, restringindo as importações e o estímulo as exportações para impedir que as relações com o exterior colidam com a persecução dos objetivos das políticas domésticas.

Isto foi percebido pelos especialistas de política agrícola do governo, os quais viram à rigidez estrutural da oferta agrícola como a principal causa da elevação dos preços, e vendo no agronegócio como um grande potencial para alavancar e diversificar as exportações por meio de um ambicioso programa de modernização agrícola e expansão da fronteira agrícola, com programas de ocupação em áreas no centro-oeste e norte do país como explicitaremos adiante.

Neste contexto, o setor rural brasileiro, se torna moderno, pois até então, a agricultura brasileira estava baseado num setor agroexportador relativamente atrasado em termos tecnológicos e organizacionais e um setor interno essencialmente de subsistência e extremamente arcaico, contendo elos frágeis com outros setores da economia principalmente o industrial. Ou seja, o processo de produção torna-se cada vez mais dependente da produção de outros setores

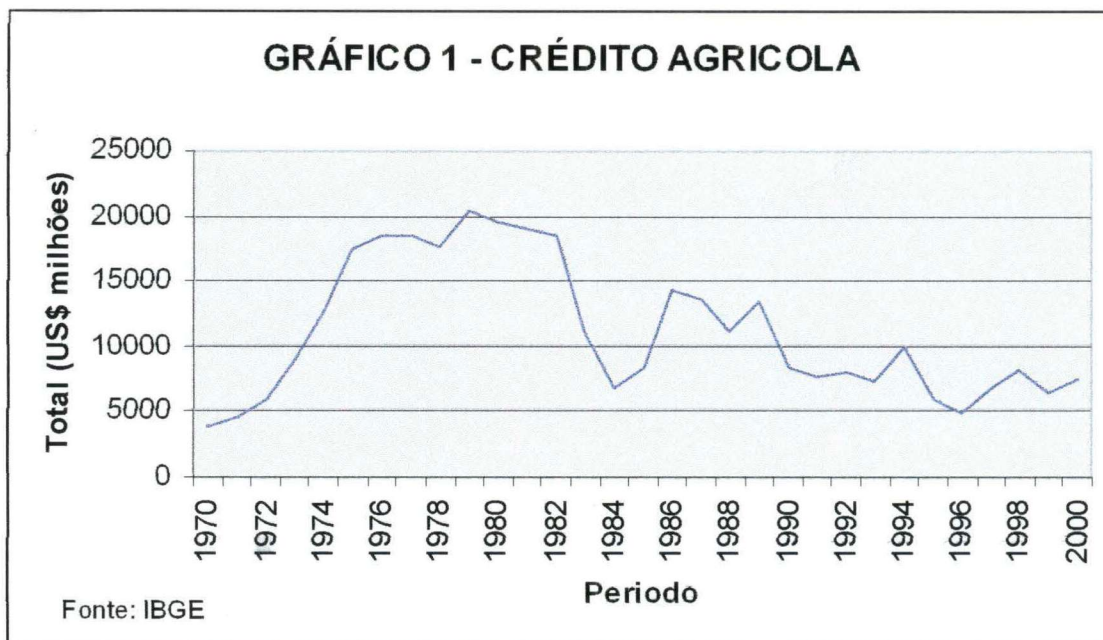
da economia, mais intensivo em capital. A participação do consumo intermediário no valor de produção pode então ser vista como um indicador síntese do processo de modernização. Havendo um aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converte assim num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias primas para outros setores. Como proposto por Mellor, a indústria é o ponto chave para a modernização no setor agrário, como será analisado adiante.

“Nenhum país chega a uma agricultura intensiva em tecnologia, se não pela via da indústria”(Mellor, 1967, pg. 26)

O grande sucesso da política adotada a partir de 1965 esteve na diversificação das exportações, que foi muito intensificada no período. O café e o açúcar contribuíam com quase 90% das exportações totais antes de 1970, cujas contribuições já haviam caído para 40%, e em 1980 para 25%. O complexo de soja por outro lado, que em 1965 não existia, em 1970 participou com apenas 2,59% e em 1980 para 11% com crescimento contínuo após 1980, isto devido a grande demanda no mercado internacional por proteína animal (Coelho, 2001).

Os instrumentos adotados para a modificação na política agrícola, foram uma reforma do crédito rural no Brasil em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), colocou o orçamento fiscal da União como fonte de recurso oficiais para o crédito e criar alternativas não inflacionárias de financiamentos, com a inclusão de bancos privados no sistema. Os objetivos do SNCR eram: financiar parcela do capital de giro a produção e comercialização agrícola; estimular a formação de capital e acelerar a adoção e tecnologia moderna.(Coelho, 2001)

Juntamente com a elevação do volume total de crédito, cresceu o volume de subsídios, em virtude da queda da taxa de juros real para a agricultura, causada pelo processo inflacionário. Medido pela diferença entre a taxa de juros e a taxa de inflação, este nível de subsidio cresceu durante toda a década de 70, no entanto, teve uma forte diminuição no início dos anos 80, devido à crise fiscal e monetária do Estado brasileiro a qual não cabe aqui analisarmos.



A política de financiamento da agricultura brasileira, a qual se refletiu não só na substancial e rápida redução dos recursos disponíveis como na mudança das regras e condições de operação do crédito agrícola. Entre 1979 e 1984, o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%. Ao lado das restrições do crédito, houve uma mudança no padrão de financiamento para a agricultura, esta perdeu o tratamento diferencial em suas relações com o setor financeiro.

O cenário descrito se instalou na agricultura do ponto de vista alocativo, ou seja, com grande abundância de recursos na década de 70. Um outro fator extremamente relevante para o setor ocorreu no início da década de 1980, mais precisamente a partir de 1983. Nesse ano, foi implantado um programa de retirada/minimização de subsídios, cujos picos haviam sido registrados nos anos de 1979/80. Em 1984, fruto dessa política, as taxas de juros do crédito rural tornaram-se positivas, o acesso ao financiamento tornou restritivo à agricultura, com recursos cada vez mais escassos e juros cada vez mais caros.

Entretanto, pode-se dizer que, no geral, o setor agropecuário manteve a trajetória de crescimento verificada no decênio de 1970, porém com um padrão de crescimento distinto do verificado até então (Rezende, 1989; Gasques e Villa Verde, 1990). Constatou-se o enfraquecimento do modelo extensivo de

crescimento baseado na expansão de área, em direção a um outro em que a produtividade passaria a ser a principal fonte de aumento da produção (Gasques e Villa Verde, 1990).

Relativamente a essa nova direção do crescimento agrícola, Gasques e Villa Verde (1990) registram que a produtividade (produção por área), no período 1980/88, cresceu 1,41% ao ano, correspondendo a 43% do produto real, enquanto a mecanização (produtividade do trabalho) teria apresentado uma taxa de crescimento anual, no mesmo período, da ordem de 0,98%.

Isto deveu-se ao fato de que o Estado não abandona a intervenção na agricultura, mas muda seu foco de apoio. Do ponto de vista da própria instrumentalização da política agrícola há um deslocamento de ênfase do crédito rural abundante para a garantia de preços mínimos. Mas estas modificações só foram possíveis sem uma desestruturação dos avanços até então obtidos pelo processo de modernização, devido ao grau da maturidade da nova base técnico-agrícola. Ao invés de tentar assegurar a rentabilidade dos capitais, via crédito altamente subsidiado, o Estado passou a manipular os preços-mínimos, assegurando a rentabilidade de algumas culturas, investindo em institutos de pesquisas e créditos para a mecanização de forma rigorosa. Neste sentido estimula a produção de certos produtos chave para a economia como um todo, tendo um papel relevante para a expansão agrícola no Mato Grosso, demonstrado adiante.

Portanto, no cenário de dificuldades em que a agricultura esteve envolvida no início dos anos 80, assim como toda a economia brasileira, estaremos analisando nos próximos capítulos quais teriam sido, as razões do crescimento favorável e diferenciado do setor agropecuário na década, no cerrado mato-grossense. Os argumentos usados pelos autores abrangem a maior absorção de tecnologia, a relativa capitalização do setor, a contribuição da pesquis, e a contribuição da política de garantia de preços mínimos e investimentos focados em infra-estrutura para expansão da fronteira agrícola.

Capítulo 2 - A Formação do Agronegócio no Mato Grosso

Introdução

Com as transformações ocorridas no setor rural brasileiro nos anos 70, com o forte apoio estatal para a modernização agrícola, a agricultura se expande para o Mato Grosso nos anos 80, em bases modernas. Entretanto para que isto ocorresse foram necessárias as políticas públicas de investimentos em infraestrutura de transportes, energia, armazenagem e comercialização, como também uma série de políticas gerais e específicas que tiveram rebatimentos espaciais, impactos no plano econômico e social e, também, sobre a estrutura urbana e ocupacional do Centro-Oeste.

Entretanto, outro fator relevante para a transformação produtiva no Mato Grosso foi o processo de modernização que estava ocorrendo no Sul e Sudeste, o qual atraiu um grande número de imigrantes, a fim de expandir a área plantada, considerando o esgotamento da fronteira agrícolas em suas regiões de origem, no contexto do processo de modernização.

2.1. O Processo de Ocupação do Mato Grosso

Podem ser enumeradas algumas políticas de âmbito nacional como suporte para incorporação de novas áreas agrícolas no Centro-Oeste. Em primeiro lugar, o crédito rural subsidiado(1965-1980) que apesar de suas distorções, possibilitou a expansão e a mecanização da estrutura produtiva primária, incluindo a incorporação de novas áreas e o financiamento à

comercialização, após 1980, o período relevante para nossa análise no caso mato-grossense.

O governo através do Projeto de Integração Nacional, que era parte do II PND (1975/79), tinha com objetivo ocupar, desenvolver e integrar os espaços vazios na região Centro-oeste e Norte. Este projeto manifesta-se através do POLOCENTRO E POLOAMAZÔNIA, tendo como pontos principais o “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados”, “Corredores de Exportação” e pelo apoio a projetos de colonização privada. E as empresas de colonização, para estimular a atração de agricultores do sul do país, recorriam a uma linha de crédito com recursos provenientes do PROTERRA, possibilitando a aquisição de áreas pelos agricultores e a sua utilização no cultivo da soja.

Particularmente o POLOCENTRO este programa produziu um grande impacto no avanço da fronteira, não somente pela extensão de área atingida, mas porque orientou investimentos de maneira integrada. Promoveu diretamente a incorporação de cerca de 2,5 milhões de ha, especialmente soja e pastagens. Apesar dos grandiosos projetos implantados na Amazônia e na região dos cerrados, a década de 1980 inicia-se sob condições econômicas fortemente desfavoráveis, a saber: recessão interna, interrupção dos financiamentos externos, agravamento do déficit público, queda dos preços internacionais das commodities e dos produtos agro-industriais exportados pelo país.

Neste contexto é elaborado um novo programa, o POLONOROESTE como o objetivo de alavancar a expansão da fronteira agrícola, baseado nos seguintes pontos (Castro, Fonseca, 1995):

- Reconstrução e pavimentação da BR 364, construída desde o fim da década de 60, ligando Cuiabá a Porto Velho;
- Construção e consolidação da malha de estradas secundárias e alimentadoras;
- Implantação e consolidação de Projetos integrados de Colonização (PIC), em Mato Grosso e projetos de Assentamento Dirigido (PAD), em Rondônia;
- Execução de serviços de regularização fundiária no Estado de Mato Grosso;

- Apoio às atividades agrícolas, agro-industriais e florestais, além de fornecimento de serviços sociais e infra-estrutura para comunidades de pequenos produtores; e

- Proteção ambiental (com metas de preservação de 2 milhões ha de parques naturais) e apoio às comunidades indígenas.

O apoio ao setor produtivo (agricultura familiar) incluía desde linhas de crédito, infra-estrutura de armazenamento e comercialização, até apoio à pesquisa e serviços de assistência técnica e extensão rural. Com isso, esperava-se o fortalecimento da agricultura de alimentos, estruturando uma redistribuição fundiária com grande participação da pequena propriedade e com níveis de renda que viabilizassem sua reprodução; aumento de produtividade agrícola mediante utilização de técnicas conservacionistas; escoamento mais fácil e competitividade da produção, graças à implementação da malha viária.

No entanto, as avaliações do POLONOROESTE constataram uma situação bastante diversa daquela esperada com a implementação de um projeto de desenvolvimento rural integrado para a região (Castro, Fonseca, 1995).

O asfaltamento da BR-364 facilitou o acesso, para Mato Grosso e Rondônia, de novos contingentes populacionais, oriundos de vários estados brasileiros, mas principalmente daqueles onde o processo de “modernização” da agricultura era mais intenso (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia). O elevado número de migrantes superou em muito as previsões oficiais e tornou ainda mais insuficientes os recursos disponíveis para assentamento e fixação dos produtores beneficiários do projeto. As cidades absorveram parte do excedente migratório e, no campo, observou-se o crescimento de conflitos pela posse da terra, invasão de áreas indígenas e reservas florestais.

Neste contexto, os agricultores da região sul e sudeste, formavam grandes latifúndios, através da compra legal ou tomando posse de grandes extensões de terra. Particularmente em Mato Grosso, onde se instalara o caos na situação fundiária, pela produção de títulos de propriedade em condições ilegítimas e ilegais, as precárias ações de regularização fundiária, no contexto do

PNO, implicaram no agravamento das situações de conflito e de falta de garantias nas transações imobiliárias, com repercussões diretas sobre médios e pequenos produtores, impossibilitados de ter acesso às linhas de crédito oficiais. Divergindo, desta maneira, do objetivo inicial dos programas estatais. Sendo que, essas transformações engendradas, nesta época, na estrutura sócio-econômica do Estado de Mato Grosso e que vão marcar o desenvolvimento da agricultura até os dias atuais.

Contudo, convém realçar que este avanço da fronteira agrícola, ocorrido no Estado de Mato Grosso e nas regiões brasileiras do Centro-Oeste e Norte, embora tenha se materializado nas conhecidas frentes pioneiras de expansão – especulativa, de pecuária tradicional e principalmente da agricultura comercial, não se traduz como uma simples reprodução de processos já registrados na história do desenvolvimento do capital agrário nacional, tais como os verificados nas regiões sul e sudeste do país.

Em efeito, o modelo tradicional de desenvolvimento do capital - pela via da diferenciação social do campesinato e/ou pela via latifundiária, quando progressivamente vai se realizando a transmutação do capital agrário em capital comercial, industrial e financeiro, praticamente nunca existiu no Estado do Mato Grosso. Portanto, a análise tendo a contribuição de instrumentos tradicionais utilizados por autores como Mellor (1967), e Nali de Jesus (1996), fica restrita, ou seja, deve-se entender o agronegócio mato-grossense como uma ramificação da região Sul e Sudeste, as quais já estavam sofrendo o processo de modernização deste a década de 60.

Esta ramificação acontece com mais intensidade, no final dos anos 70 e começo da década de 80, intensificando no Mato Grosso um fluxo migratório composto de paulistas, paranaenses, e gaúchos (tabela 3), em geral portadores de certo capital, e experiências na atividade agrícola. Essa nova fase é marcada não só pelo ingresso de novos migrantes e novos produtos (como a soja), como também pelo deslocamento dos produtos tradicionais de abertura da fronteira (arroz, milhos) e pela expulsão ou deslocamento da população rural, anteriormente assentada de maneira precária. Constitui-se no Mato Grosso, ao longo da década de 80, uma agricultura comercial essencialmente composta de

um classe empresarial sulista, assim como, a mão-de-obra, que também migrou para o estado, deste trabalhadores braçais até gerentes de propriedades agrícolas (Affonso & Silva. 1996).

TABELA 3 – Fluxo migratório para o Mato Grosso segundo o estado de origem. (1981-1991)

Estado de Origem	Número(mil)
Paraná	164597
Mato Grosso do Sul	68320
Rio Grande do Sul	64320
São Paulo	51121
Goiás	20509
Rondônia	25880
Santa Catarina	27800
Minas Gerais	24667
Maranhão	22262
Bahia	12262
Outros estados	52155
Total	543184

Fonte: IBGE

Desta forma, tanto o caráter exógeno do desenvolvimento da economia estadual, tradicionalmente dependente e sobredeterminada pela divisão inter-regional do trabalho do país, como o momento histórico (modernização da agricultura) em que se dá sua efetiva integração às economias nacional e mundial, faz com que o nascimento e expansão do agronegócio mato-grossense ocorram já com forte componente tecnológico.

2.2. Formação Fundiária

De acordo, com o exposto anteriormente, o processo da composição da agricultura que ocorreu no Mato Grosso, desenvolveu-se de forma diversa a planejada pelo governo, com uma concentração latifundiária. No entanto, cabe, agora, analisar as razões para tal.

no período seco e assim cobrir as despesas de consumo da família (Rezende, 2002). Essa impossibilidade de geração de renda da agricultura familiar no período seco se deve também à falta de alternativas no mercado de trabalho rural, devido exatamente a esse rigor climático. Assim, ficam inviáveis todas as atividades que são típicas dessa forma de produção, como as de subsistência e aquelas que usam intensivamente a mão-de-obra, devido a baixa densidade demográfica.

Outro ponto, explicitado anteriormente, que vale ressaltar: O relevo plano, de fácil mecanização, viabilizou a utilização na região no início da década de 80 os maquinários mais modernos que existia no país e o desenvolvimento de outros para a produção em grande escala no Mato Grosso. Requerendo elevados capitais, para a aquisição e áreas extensas para tornar seu uso eficiente.

Nota-se que, a partir da segunda metade da década de 70, quando teve início o avanço da agricultura tecnificada nos cerrados, é que se intensifica a ocupação do território mato-grossense. Conforme demonstrado na tabela 4, no período 1975-95, foram incorporados cerca de 27,9 milhões de hectares na forma de 22.645 novos estabelecimentos rurais, elevando de 19,05% para 55,0% a taxa de ocupação do território estadual (relação entre a área ocupada com estabelecimentos rurais e a extensão territorial). Paralelamente, ocorreu um significativo acréscimo na área média dos estabelecimentos rurais: de 391,12 ha em 1975, para 485,6 ha em 1985 e 632,9 ha em 1995.

TABELA 4 - Evolução da Ocupação - Mato Grosso, 1970^a a 2000

Anos	Estabelecimentos Rurais (Nº)	Área Ocupada (Ha)	Área Média (Ha)	Taxa de Ocupação (%)
1970	46.090	17.274.745	374,80	19,05
1975	56.118	21.949.147	391,12	24,20
1980	63.383	34.554.549	545,17	38,11
1885	77.921	37.835.853	585,57	41,72
1995	78.763	49.849.663	632,91	54,97
2000	81.214	59.367.985	731,02	63,84

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários

Os “gaúchos e paranaenses” compravam uma quantidade de terra no cerrado muito maior do que possuía no Sul. Na verdade, como a terra que se adquiria (e ainda se adquire) no Mato Grosso é virgem, a relação de troca Sul/Mato Grosso era elevada, no entanto, com a expansão frenética da soja no Mato Grosso esta relação vem diminuindo para as terras produtivas, a partir da década de 90.

É interessante notar, a esse respeito, que perdura no estado atualmente a grande propriedade agrícola, a área média dos estabelecimentos que produzem soja no Mato Grosso é muito maior do que no Paraná e nos Estados Unidos. Dois terços dos estabelecimentos no cerrado mato-grossense têm área maior do que 1.000 hectares, enquanto no Paraná a área média desses estabelecimentos é de apenas 30 hectares e nos Estados Unidos (Corn Belt) é de 120 a 150 hectares (ABAG, 2003). Juntamente com um grande potencial de expansão agrícola, pois o estado possui extensas áreas as quais ainda não pertencem a propriedades agrícolas aproximadamente 37% de seu território, ainda é formada por terras devolutas, da união e reservas e a taxa de exploração dentro da propriedades agrícolas esta em torno de 59%, isto causado, ainda pela existência de grandes áreas de pecuária extensiva (IBGE, 2000), possibilitando ao estado a expansão de sua produção.

CAPITULO 3 - O DINAMISMO DO AGRONEGÓCIO MATO-GROSSENSE

A análise desenvolvida neste capítulo a respeito do desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso, contempla aspectos estruturais desse processo. Refere-se às políticas públicas, aptidão agrícola da região, o desenvolvimento tecnológico e o componente agroindustrial, analisando a interação entre esses elementos para compreensão da dinâmica do setor rural mato-grossense.

A expansão e desenvolvimento do setor agropecuário na região Centro-Oeste, ocorridos principalmente a partir da década de 80, resultou, como visto, de um conjunto de fatores combinados – fluxo imigratório de pequenos agricultores, investimentos privados e forte apoio estatal, que contribuíram para viabilizar a exploração capitalista mecanizada, em larga escala, com forte componente tecnológico, voltada para a produção de culturas de exportação e para a pecuária extensiva.

Áreas mais acessíveis, como o sul de Goiás e do Mato Grosso do Sul, já possuíam, nesta época, uma agricultura consolidada de relativa expressão. Mas a região dos Cerrados, que constitui o maior domínio ecológico da região Centro-Oeste, somente pôde ter uma exploração em escala comercial, a partir dos avanços tecnológicos obtidos pela EMBRAPA, os quais possibilitaram a resolução dos problemas de fertilidade dos solos.

Assim, ultrapassada a fase de evolução inicial, a produção lavoureira se consolidou em duas frentes principais: a das commodities agrícolas, dentre as quais a soja assumiu expressão maior; e a das culturas alimentares, representadas pelo arroz, milho, feijão e mandioca, que formam o grupo mais vulnerável.

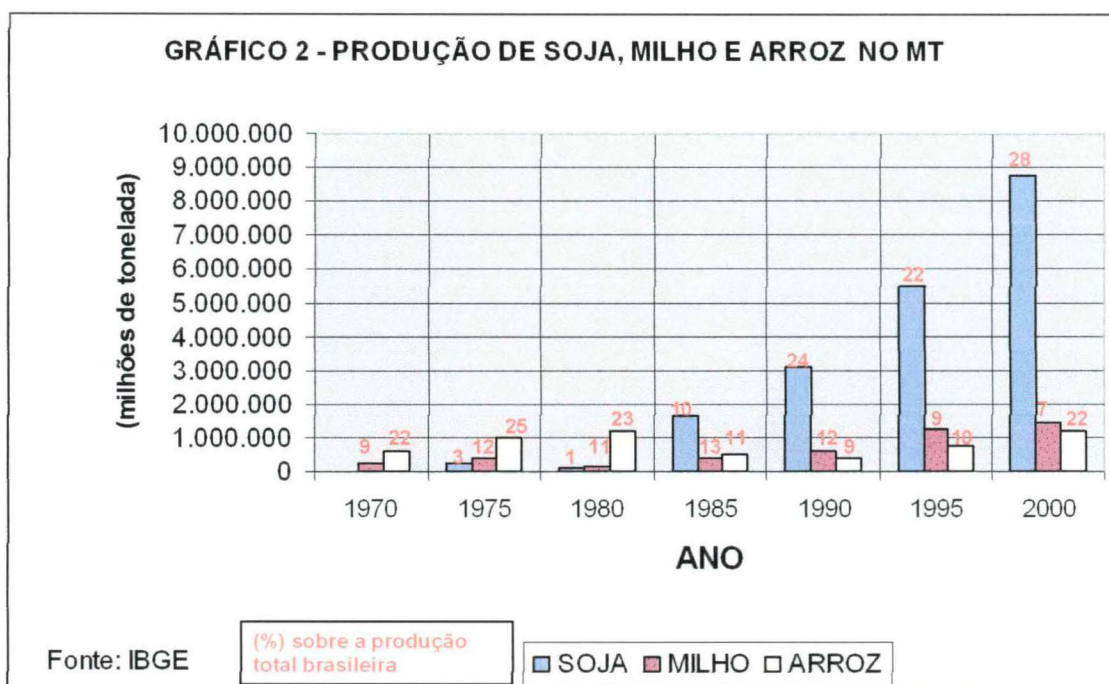
Com ritmo intenso de crescimento, foi possível ao Mato Grosso, desde o início dos anos 80, incrementar sua produção de grãos, respondendo por aproximadamente um terço da produção nacional de soja em 2003, e, segundo

informações do IBGE e da CONAB, chegar na safra 03/04, à produção de 15,6 milhões de toneladas, correspondendo a 27% da safra nacional de soja, estimada em 58.764 milhões de toneladas. Também no período recente, destaca-se no agronegócio mato-grossense o algodão, com 46% da produção nacional, ocupando o primeiro lugar. Outra cultura com expressão na produção nacional é o arroz, que ao longo das duas últimas décadas mantém uma média de 10% da produção nacional estando em 2º lugar, apenas atrás do Rio Grande do Sul (CONAB, 2003).

O estado de Mato Grosso possui cerca de 18% da área dos Cerrados, ou seja, 39% de seu território (IBGE, 2003), o que contribuiu fortemente para colocá-lo como uma das mais promissoras áreas de fronteira agrícola do País. O vigoroso crescimento da produção experimentado sustentou-se, certamente, na expansão da área cultivada, mas, sobretudo, em ganhos de produtividade relativamente a grande maioria dos produtos. Essa produtividade está associada ao potencial, ainda não esgotado, de modernização agrícola das áreas dos Cerrados, onde o investimento em tecnológico é primordial para aumentar a fertilidade do solo como explicitado adiante.

Além de dispor de terras agricultáveis ainda não utilizadas, a agricultura mato-grossense já se consolidou como o setor mais importante da economia estadual, dado seu papel motriz em relação às demais atividades econômicas, assim como está inserida no contexto da moderna agricultura nacional, considerando-se a significativa evolução da produtividade, área e produção das suas principais lavouras temporárias. Levando a economia do estado nos últimos anos a um crescimento superior a 10% ao ano enquanto o resto do país cresce em média 2, 5% ao ano.

A dinâmica do segmento lavoureiro pode ser acompanhada, no período pós-70, pela observação das variações percentuais da área colhida e produção das principais culturas. Notando-se no gráfico uma predominância da soja, a partir da década de 80, sendo esta que se constituirá no “carro chefe” do agronegócio mato-grossense, nas duas décadas seguintes.



Outro fator a salientar, é que com o crescente aumento da produção de grãos na região, tendo com isto matéria-prima abundante, o custo de produção cai significativamente, e como resultado, a agroindústria se volta para os estados do Centro-Oeste. Esta proximidade com as regiões produtoras trouxeram vantagens competitivas de localização ao diminuir custos de movimentação de cargas entre fábricas de esmagamento (caso da soja) e área de produção; formação de mercados regionais estimulam o deslocamento das cadeias agroindustriais interligadas; existência de incentivos e condições especiais de financiamento. Constituindo um sólida indústria de processamento no Estado, com 14% da capacidade nacional de processamento de oleoginosas (Abiove, 2003).

3.1. O Setor Público

A atuação do governo nesse processo ocorrido no Mato Grosso, a partir da década de 80, além dos projetos de colonização, obras de infra-estrutura, é importante observar, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), política

cambial, investimento em pesquisa e as políticas indiretas de créditos subsidiados para o financiamento da safra agrícola, compra de maquinários, implementos e insumos, desempenhando um papel decisivo para a fixação do produtores migrantes do sul na região.

No início da década de 80, o Estado brasileiro, inicia um processo de transformação em sua política agrícola, como anteriormente citado, diminuindo severamente o crédito e subsídios para a agricultura. Entretanto, passa a focar em determinadas políticas específicas, que apoiarão a produção de grãos no Mato Grosso, como a canalização de recursos para a pesquisa agrícola e a política de preços mínimos.

A partir da década de 80, a soja é cultura que balizará o desenvolvimento da atividade agrícola, como tem-se no gráfico 2, deixando o arroz para utilização de forma subsidiária especialmente para o cultivo em áreas de primeiro e segundo ano de plantio e o milho como uma cultura complementar para rotação de cultura e principalmente usado como uma segunda safra após a soja ("safrinha"). Portanto, correspondendo a valores pouco significantes no total da produção agrícola do estado, tanto na década de 80 como nos anos 90 (Goldin, 1993).

Neste contexto, através da tabela 5 observa-se que o Centro-Oeste, não tem-se os dados do Mato Grosso desagrupado, não utilizou o AGF (aquisição do governo federal) para a compra da produção de soja, com exceção dos anos de 86, 87 e 88 e mesmo assim com valores pouco expressivos, sendo mais fortemente utilizado na cultura do arroz e milho, os quais Mato Grosso não possui grande relevância na produção total. Entretanto, não deve-se desconsiderar a importância da Política de Garantia de Preços Mínimos nos anos 80, para o desenvolvimento do Estado. Ao contrario, a sustentação da produção de milho no estado, mesmo que mais modestos que a soja os avanços obtidos na cultura do milho foram significativos durante a década de 80.

TABELA 5 - Participação Percentual das AGFs sobre a Produção Total do Centro-Oeste

ANO	ARROZ	MILHO	SOJA
1980	5,34	0,00	0,76
1981	30,45	2,10	0,01
1982	23,9	47,95	0,06
1983	20,62	19,37	0,00
1984	20,18	2,29	0,00
1985	46,09	42,61	32,90
1986	50,53	52,15	20,85
1987	73,53	62,15	14,38
1988	56,75	27,94	0,00
1989	40,68	16,28	0,00
1990	9,68	14,31	0,00

Fonte: CONAB

Mesmo o AGF não sendo representativo para a soja no Mato Grosso, ele foi relativamente importante, na medida que sustentava a cultura do arroz, essencial para a abertura de área, como coloca Goldin (1993):

“Ao apoiar significativamente o arroz e o milho, a PGPM (Política de preços mínimos) contribuía também para a expansão da soja. No caso do arroz, isso se dava na medida em que este barateava o custo de abertura de novas áreas para soja; já no caso do milho isso se devia ao papel positivo que cumpre em sua rotação com a soja e na cobertura do solo no inverno”.(Goldin, 1993)

Para Gasques e Villa Verde (1990), entre outros fatores, a política de preços mínimos no período teria se constituído num dos principais instrumentos de política agrícola, uma vez que o grande estímulo à expansão da agricultura na região Centro-Oeste, na década de 1980, foi creditado à unificação dos preços mínimos (adoção do preço mínimo único em 1981).

A adoção do preço único nacional implicava a não-consideração dos preços de transporte entre as diversas regiões de localização das culturas na formação do preço do produto, arcando o governo com esse diferencial de despesa adicional. Nas regiões mais distantes, o produtor recebia pela sua produção o mesmo valor que recebiam os produtores localizados próximos aos

centros consumidores. Deve-se notar, contudo, que os preços eram estipulados de forma a propiciar um preço minimamente remunerador aos produtores dos centros mais próximos aos mercados consumidores/exportadores.

Outro fator foi a contribuição da política cambial: o progresso tecnológico na agricultura nas três últimas décadas esteve embasado na maior utilização de insumos, com maior valor agregado, tanto daqueles que aumentam a produtividade da terra como dos que aumentam a produtividade do trabalho. Portanto, o desempenho do agronegócio mato-grossense depende também de uma evolução favorável dos preços relativos do produto agrícola em relação aos preços dos insumos. O preço dos produtos agrícolas, em especial dos produtos de exportação como a soja, é diretamente afetado pela taxa de câmbio, o mesmo correndo para os insumos importados.

A partir de agosto de 1968, o governo brasileiro passou a administrar a política cambial através da adoção de minidesvalorizações cambiais; assim, o decênio de 1970 foi caracterizado por uma certa desvalorização real da taxa de câmbio (Melo, 1990).

Essa política é apontada como a principal variável a influenciar favoravelmente a expansão das culturas de exportação, induzindo à adoção de inovações tecnológicas com tal dinamismo que, no final da década 70, muitos pesquisadores passaram a identificar o setor agrícola de forma segmentada, de modo que se contrapuseram produtos domésticos *versus* produtos exportáveis, apontando claras diferenças entre a expansão do subsetor de exportáveis frente ao de consumo interno.

Além da taxa de câmbio, outras variáveis influenciaram favoravelmente a produção de culturas de exportação na década de 70. Nessa década, em geral, os preços internacionais eram favoráveis (principalmente no final) e a política comercial favorecia a exportação de produtos agrícolas processados, com total isenção de impostos indiretos (ICM e IPI).

O Brasil iniciou a década de 1980 dando continuidade à política cambial favorável. Em 1979, com a maxidesvalorização da moeda nacional, o governo passou a utilizar agressivamente a política cambial como parte do programa de ajuste da economia às crises do balanço de pagamentos e do endividamento

externo. À maxidesvalorização de 1979 seguiu-se uma nova, em 1983, seguida de mini-desvalorizações periódicas, beneficiando as exportações de soja no Mato Grosso, ao longo da década de 80 (Coelho, 2001).

Outro fator crucial foi a Contribuição da pesquisa agrícola, a qual possibilitou o aumento da produtividade na agricultura brasileira. Em 1973, em meio às preocupações com o crescimento e a modernização do país, o governo, identificando que poderia obter um avanço significativo na produtividade por meio da pesquisa científica, criou a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A necessidade de treinamento de seus recursos humanos e o tempo de maturação dos projetos, estimado em oito anos para sua completa maturação e em três anos para sua plena difusão aos agricultores, Ávila e Evenson (1995) evidenciam que esses projetos começariam a maturar na década de 1980. Isso explica, ao menos parcialmente, o novo padrão de crescimento baseado no aumento de produtividade da agricultura em todo o Brasil e especialmente nas áreas de fronteira.

A propósito da contribuição da pesquisa agrícola e do papel da Embrapa em sua geração, Ávila e Evenson (1995), entre outros dados, fornecem o nível de dispêndios efetuados por aquela instituição. Em 1974, a importância despendida em pesquisa agropecuária totalizou Cz\$ 412,4 milhões, saltando para Cz\$ 3.533,4 milhões em 1983 (preços constantes de fevereiro de 1986). O crescimento verificado foi contínuo em todo o período referido, atingindo a expressiva taxa de 26,92% ao ano. No entanto, em 1984, o valor despendido caiu drasticamente, reduzindo-se a 45% do valor observado no ano imediatamente anterior, mantendo-se, porém, relativamente estável nos dois anos subsequentes.

Do ponto de vista da produtividade, é interessante notar que o maior crescimento se deu na região Centro-Oeste, onde foi atingido o percentual de 4,28% ao ano no período de 1981-88, enquanto a taxa de crescimento para o Brasil foi de 1,41% (Gasques e Villa Verde, 1995). Esse dado é relevante quando se constata que o alcance de produtividade crescente em solos anteriormente sob vegetação de cerrado decorreu justamente, da maturação de

projetos de pesquisa agrícola, os quais propiciaram a correção e fertilização de solos e o desenvolvimento de variedades de sementes aclimatadas à região.

Desta forma, a década de 80, com os incentivos governamentais diretos e indiretos, propiciou que a região se transformasse em grande região agropecuária, aumentando a oferta de grãos e lançando as bases para a agroindústria. Demonstrando que as transformações técnico-econômicas e sociais na agricultura mato-grossense não resultaram da ação “livre” das forças do mercado. Ao contrário, o Estado esteve presente em todas as fases do processo, ora criando ele próprio condições para as transformações (através das políticas de financiamento e tecnológica), ora “amarrando” diversos elementos em torno de um projeto definido.

3.2. Aptidão Agrícola

Estudos demonstram que outro fator preponderante, para o crescimento da atividade agrícola no Mato Grosso, foi à aptidão do estado, para a implantação de uma agricultura moderna. As características topográficas, composição do solo e clima, são pontos fundamentais que possibilitam a região vantagens comparativas em relação ao as regiões Sul e Sudeste, quando emprega-se alta tecnologia mecanizada.

Como exposto anteriormente a “explosão” do Mato Grosso se deu basicamente na soja. Isso indica que o conhecimento adquirido quanto ao manejo dos solos de cerrado, e o desenvolvimento de novas variedades de soja aptas às condições climáticas e solos do Mato Grosso foram essenciais para ter dado ao região central do Brasil uma superioridade tecnológica na produção dessa leguminosa.

No entanto, o ponto a destacar, é a viabilidade do Mato-Grosso a motomecanização, tratando de uma região com topografia plana, inexistindo praticamente terrenos íngremes. Nestas condições, a aplicação de tratores e colheitadeiras é extremamente adequada, tendo ganhos de escala. Pois, os produtores constituem “talhões”, ou seja, quadros para plantio com grandes

extensões, aumentando a eficiência do maquinário, com o uso de grandes tratores e colheitadeiras, diminuindo o tempo e os custos de cada operação (aração, plantio, colheita...).

Obviamente, a aptidão agrícola poderá variar com a tecnologia empregada (“manejo”), sendo assim, tem-se um estudo elaborado pelo IPEA sobre a coordenação de Ian Godin (1993), que analisou a aptidão agrícola de diferentes regiões do Brasil sobre determinados graus de tecnologia. Tendo sido considerada três níveis técnicos: 1) Manejo A, baixo nível tecnológico (sem adubação e com base em trabalho braçal); 2) Manejo B, nível tecnológico médio (modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas e uso de tração animal); e 3) Manejo C, alto nível tecnológico (aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisa, moto-mecanização em todas as fases da operação agrícola), chegando a seguinte tabela:

TABELA 6 – Classificação das Terras segundo sua Aptidão Agrícola para Lavouras, de acordo com Diferentes “Manejos” Tecnológicos (em % das áreas físicas totais das regiões)

Nível Tecnológico	Classes de Aptidão Agrícola das terras	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Manejo A	Boa e regular	6,5	11,5	33,7	25,4	5,7
	Restrita	57,6	29,5	34,9	25,4	31,0
	Não apta	35,9	59,0	31,4	49,2	63,3
Manejo B	Boa e regular	52,3	30,7	63,7	42,0	34,1
	Restrita	12,0	19,0	11,0	28,9	25,9
	Não apta	35,7	50,3	25,2	29,1	40,0
Manejo C	Boa e regular	49,6	28,6	55,2	48,4	53,4
	Restrita	9,2	17,6	13,6	8,5	6,6
	Não apta	41,2	53,8	31,2	43,1	40,00

Fonte: Goldin, 1993

O aspecto que mais chama a atenção é a baixa aptidão das terras no Centro-Oeste e na região Norte relativamente às regiões Sul e Sudeste, sob tecnologia rudimentar. Ou seja, essas últimas regiões são naturalmente muito mais férteis do que o Centro-Oeste e Norte, o que pode ser verificado empiricamente. As terras no Sul especialmente de áreas no Norte do Paraná de solo basáltico (“terra roxa”), possuem um fertilidade extremamente elevada

quando utilizada sem o emprego de nenhuma adubação em comparação com os solos arenosos da região Centro-Oeste, entretanto com relevo acidentado de difícil mecanização.

Em contrapartida, e também com reflexo do grande conhecimento adquirido sobre o manejo do cerrado, há um impacto diferenciado que a mudança técnica tem nesses dois conjuntos de regiões. As regiões Norte e Centro-Oeste dão um “salto” bem mais elevado, em termos de aptidão agrícola, a medida que se passa do manejo A para o manejo C. Com efeito, as regiões Sul e Sudeste ampliam sua disponibilidade de terras consideradas “boas e regulares”, em pouco mais de 20% das respectivas áreas geográficas, no Centro-Oeste o aumento dessa “aptidão agrícola” equivale a quase a metade da área regional. O que é mais notável, contudo, é o aumento significativo da aptidão agrícola no Centro-Oeste (de cerca de 1/5 da sua área geográfica), quando se passa do manejo B (tecnologia intermediária) para o manejo C (alta tecnologia); em contraste, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste sofrem uma redução absoluta em sua aptidão agrícola, e mesmo na região Sul, onde a quantidade de terras “não aptas” aumentam em mais do dobro (14%), isto ao fato de que a moto-mecanização impossibilita a utilização daqueles terrenos mais esgrimis (Goldin, 1993).

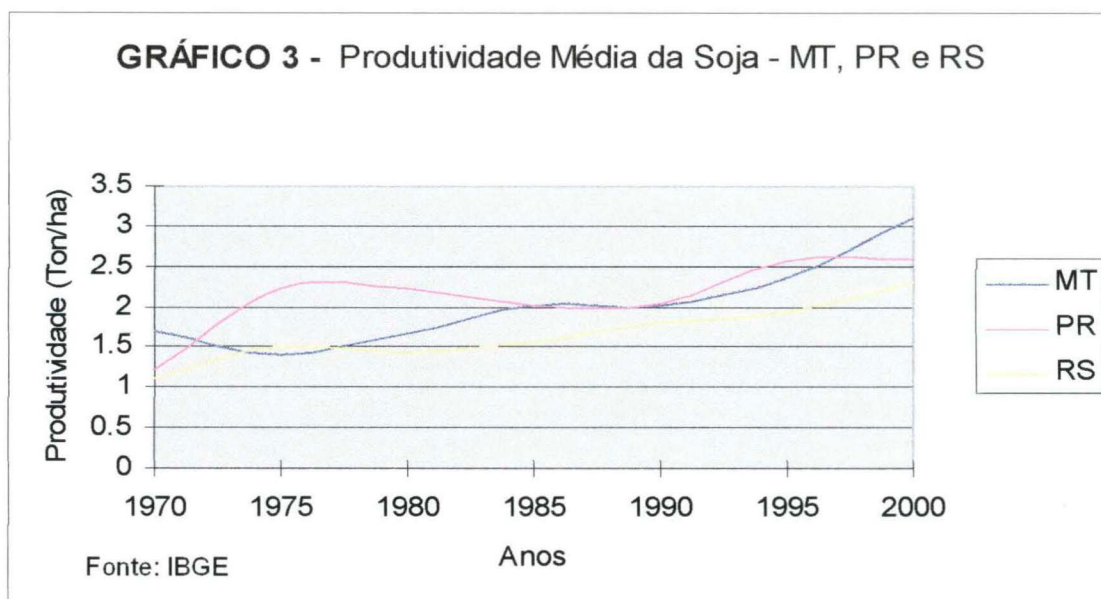
Esta vantagem do Centro-Oeste, em termos de ganhos relativos de aptidão agrícola com a adoção de alta tecnologia, apenas parcialmente se explica por melhor manejo do solo propriamente dito (adubação e calagem), uma vez que a adoção dessas práticas nunca poderia causar uma redução da aptidão agrícola nas outras regiões. A razão principal provavelmente se encontra na maior adequação do Centro-Oeste à moto-mecanização, devido ao fato de suas terras serem mais planas. É plausível levantar a hipótese de que o maior custo de produção por hectare no Mato-Grosso, por conta da necessidade de maior calagem e adubação dos solos de cerrado relativamente ao Sul e Sudeste, vem sendo mais do que compensado não apenas pelo fato, comumente enfatizado, de que a terra é mais barata no Mato Grosso, mas também pela maior aptidão regional à mecanização agrícola.

Constata-se que o Mato-Grosso possui vantagens comparativas nas atividades agrícolas onde os custos de produção são decrescentes com a escala, nas quais, portanto a aptidão agrícola é elevada com a mecanização, e as desvantagens regionais de baixa mão-de-obra se tornam irrelevantes. Em outras palavras, aquelas atividades poupadoras de trabalho e intensivas em capital (Hicks, retirado de Simonsen, 1991). Como nota-se os custos de produção da soja, uma atividade eminentemente mecanizada, no Mato Grosso e no Paraná, constata-se o menor custo no Mato-Grosso, onde a soja custa para ser produzida em média US\$ 6,20 por saca de 60 Kg e no Paraná este custo fica média em US\$ 6,60 (EMBRAPA, 1998).

Ao contrário as regiões Sul e Sudeste, por sua vez, são mais competitivas nas atividades de menor escala e mais intensivas em mão-de-obra, como o café, pecuária de pequeno porte e leiteira. Sendo natural, que nesse processo a produção familiar se torne competitiva no Sul e no Sudeste, mas não no Mato Grosso. Isto justifica, em parte, a formação de grandes latifúndios de monoculturas.

Cabe agora mostrar que o baixo preço da terra na região nos anos 80, não deve-se apenas à maior distancia em relação aos mercados consumidores ou às restrições de recursos naturais, mas é também um resultado das inovações tecnológicas que, via "produção do solo" de qualidade permitiram que a terra de boa qualidade se tornasse abundante na região de cerrado.(Goldin, 1993)

A justificativa é que a melhoria de aptidão agrícola do cerrado, através do investimento em tecnologia, criou a possibilidade de aumento no estoque de terra de boa qualidade. É notável este fenômeno de enriquecimento do solo, observando gráfico da produtividade média da soja em comparação os estados do sul.



Isto permitiu uma alta nos preços das terras, já que agora podiam dar lugar a uma terra de melhor qualidade. Assim, a abundância de terra de qualidade inferior (“terra de segunda”) traduzia-se, mediante a “construção do solo” (Goldin, 1993), em abundância de qualidade superior (“terra de primeira”). Embora requerendo tempo para se materializar esse aumento da quantidade de terra de primeira não poderia senão fazer cair o preço em relação ao Sul e Sudeste, com conseqüente aumento da competitividade agrícola regional. Portanto a terra de primeira resultante da conversão de terra de segunda ou de terra virgem é um espécie de bem de capital. Na mesma linha, Cunha (1994) afirma, com respeito aos solos do cerrado, que: “Sem substancial aporte de capital não há como torná-los produtivos. No entanto, uma vez recuperados, exigem, para a mesma produtividade, quantidade de fertilizantes equivalente à das áreas férteis do país”.

A tabela 4 demonstra que os investimentos em calagem e aplicação de fertilizante previamente à utilização da terra na produção agrícola representam, de fato, a maior parcela do custo de conversão da terra virgem em terra de primeira no cerrado. É interessante, também, no nível baixo dos itens de

“abertura e sistematização do terreno” e o próprio preço da terra virgem, o que contribui para reduzir o preço da terra de primeira.

É relevante salientar que com a modernização agrícola brasileira no início da década de 70 e uma alta substancial do preço da terra no Sul, fato explicitado no início deste trabalho, facilitou a adoção da tecnologia e motomecanização no Mato Grosso, pois viabilizou que os agricultores familiares do sul, os “gaúchos e paranaenses”, adquirir grandes quantidades de terra nua no cerrado, além de máquinas e outros equipamentos, pela venda de suas terra valorizadas no Sul. Isso, para alguns autores, teria cumprido um papel importante para a expansão agrícola do cerrado, já que essa expansão ocorreu num período de drástica redução da oferta no sistema de crédito rural oficial, explicitado anteriormente. Esses “gaúchos e paranaenses”, além do mais, teriam cumprido um papel estratégico na adoção da nova tecnologia, devido à qualificação prévia, os agricultores do cerrado teriam “nascido modernos”, com a população local tendo ficado à margem do processo ou tendo vendido a terra aos que se dispuseram a aventurar-se na nova agricultura.

3.3. Pesquisa Agrícola

Com a infra-estrutura implantada e a expansão populacional, durante as décadas precedentes, deu-se ensejo à transformação das estruturas produtivas e a consolidação durante toda a década de 80 no Mato Grosso um agronegócio moderno fruto do progresso agrícola que começa a se delinear com o plano de metas. Tendo como um dos elementos principais a pesquisa agrícola inicialmente totalmente fomentada pelo Estado, e após em parceria com a iniciativa privada, principalmente no Mato Grosso, que possui desde o início nos anos 80 uma classe empresarial ávida a inovações.

Produtividade na agricultura não é uma palavra mágica e exige a adoção de inovações tecnológicas em todos os segmentos das cadeias produtivas, bem como mão-de-obra treinada para saber lidar com os novos conhecimentos,

competência administrativa e gerencial, maior ou menor propensão ao risco nos negócios agropecuários, e uma consciência crítica que avalia a curta distância que existe entre o lucro e o prejuízo. Desde a aquisição dos insumos agrícolas a qualidade é indispensável, e a qualidade da pesquisa deve responder permanentemente às questões formuladas pelos produtores, consumidores, agroindústrias e exportadores. A produtividade é uma conquista e não um atributo intrínseco nas culturas (Goldin, 1993).

Desta maneira, o outro fator, de extrema importância que alavancou o agronegócio no Mato Grosso foi a constituição de base tecnológica e juntamente com uma classe produtora empreendedora altamente interessada nas inovações, que absorveu e utilizou eficientemente de todos os recursos que o setor público ofereceu ao longo do período (infra-estrutura, créditos, pesquisa agrícola), os quais foram demonstrados anteriormente.

Com a modernização da agricultura ao longo da década de 60 e 70 no sul e sudeste do país esta se expande para o Mato Grosso na década de 80, como já demonstrado anteriormente, com um forte viés tecnológico. Utilizando-se de meios modernos de plantio, como tratores, colheitadeiras de alta performance, insumos (adubos, sementes, agrotóxicos) e uma classe produtora migrante do sul a qual já estava relativamente familiarizada com este aparato tecnológico.

Através da pesquisa agropecuária pública o Estado possibilitou que o setor se desenvolvesse tecnologicamente a partir da década de 70, com a criação da Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA, investindo recursos federais para aumentar a produtividade brasileira, o governo possibilitou que a agricultura brasileira torna-se competitiva nas principais culturas (soja, milho, arroz...). Por ações técnicas baseadas em modelos de produção ditados pela revolução verde: pacotes tecnológicos envolvendo emprego de sementes melhoradas, fertilizantes químicos, defensivos e mecanização, entre outros. Com início no Sul e Sudeste expandindo juntamente com a fronteira agrícola para o Centro-Oeste.

A assistência técnica e a extensão rural, no início sob intenso empenho do governo – sistema Emater, Cati e intensos subsídios na década de 70, e mais adiante com a entrada das empresas de insumos e máquinas, voltam-se

notadamente para a produtividade. Enquanto isso, o sistema EMBRAPA presta serviços fundamentais nas áreas de pesquisa e informações tecnológicas. Boa parte da pesquisa com soja e do crescimento da produção no cerrado tem a mão da EMBRAPA. Foi importante, ainda, a transformação do papel do BNDES na questão agroindustrial nos anos 90. Além de elevar o financiamento para capacitação tecnológica das indústrias, o programa de modernização da frota agrícola (Moderfrota) que liberou, só na safra de 2.002/03, R\$ 2 bilhões, foi fundamental para a melhoria da produtividade da agricultura.

Entende-se que a pesquisa pública e a particular são complementares e que há campos que pertencem, exclusivamente, a um dos ramos. O interessante é estimular a cooperação e definir melhor as áreas exclusivas, como orientação, apenas. A simbiose do governo e iniciativa particular trouxeram taxas muito elevadas de retorno para as atividades de pesquisa. E, assim, é de grande interesse que esta simbiose permaneça. E história da pesquisa agrícola dos países avançados e no claramente no caso mato-grossense é a história desta simbiose. (Rezende, 1993)

A relação público/privado tem caráter complementar, ou seja, o aumento dos investimentos públicos pode ser complementado pelo aumento dos investimentos do setor privado. Isso é importante porque muitas vezes há uma falsa percepção de que a diminuição dos investimentos públicos será compensada necessariamente pela iniciativa privada.

O setor privado investe menos que o desejado em Ciência e Tecnologia por três fatores básicos: não apropriabilidade dos resultados; incerteza quanto ao sucesso da pesquisa; e indivisibilidade dos investimentos.

Muitos resultados de pesquisa possuem a característica de bens públicos, com benefícios sociais superiores aos privados. Nesses casos, a falta de apropriabilidade dos retornos dos investimentos torna a pesquisa não atrativa para as empresas privadas. O segundo fator que inibe o setor privado a investir nessas áreas é a incerteza na obtenção de resultados. O risco é um fator inerente à pesquisa e empresas privadas, pela própria necessidade de sobrevivência, tendem a aplicar menos recursos nas áreas com alto risco. Por

último, a indivisibilidade. Há pesquisas que exigem investimentos altos por longo tempo o que torna esse tipo de atividade pouco atraente.

Dessa forma, cabe ao setor público atuar naqueles segmentos em que as possibilidades de apropriação pelo setor privado de parcela de exploração dos resultados não se mostram atrativas. Ao setor público caberiam, ainda, aquelas atividades eminentemente de cunho social, de prazo de maturação longo e de resultado incerto ou que se relacionem com o interesse nacional, como, por exemplo, o fortalecimento de determinado segmento da economia.

O setor privado assumiria as áreas que facilitem a apropriação dos resultados ou nas quais tem demonstrado maior eficiência, como a finalização dos produtos obtidos na pesquisa básica e os segmentos relacionados com a produção e a comercialização de bens resultantes. Associar fases e tipos de pesquisa permite visualizar as áreas para atuação pública, privada ou de parceria. A pesquisa agrônômica e biológica tem predominância pública, da mesma forma que as fases de conhecimento e tecnologia. A pesquisa mecânica e química insere-se no maior domínio do setor privado; o mesmo ocorrendo com a validação e o desenvolvimento de tecnologias. (Rezende, 1993)

No caso do agronegócio mato-grossense esta parceria ocorreu deste a sua composição com a frente de expansão no início dos anos 80. Inicialmente com uma política de crédito rural subsidiado da década de 70 facilitou à agricultura das regiões Sul e Sudeste trilhar o caminho da mecanização, graças sobretudo à oferta abundante de crédito de investimento, chegando ao Mato Grosso, como dito anteriormente, já num estágio superior tecnologicamente.

Nos anos 80 com a intensa pesquisa da EMBRAPA soja, sediada em Londrina/PR desenvolveu-se variedades de sementes, adequadas para as condições climáticas, e do solo mato-grossense, em parcerias com empresas privadas, produtores rurais e associações privadas, como o Grupo Itamarati, o qual fornecia áreas, maquinários e mão-de-obra qualificada (FAMATO).

Entretanto no início dos anos 90, quando novas doenças apareceram. “O Cancro da Haste e o Nematóide do Cisto” devastaram a principal cultivar da leguminosa plantada no MT, a Cristalina (FT Sementes). A produção de soja em MT corria sérios riscos de vulnerabilidade genética. Situação igualmente

observada no algodão, com o efeito devastador das doenças Ramulose e as Viroses do algodoeiro. O crescimento em área e produção até então experimentado, não havia sido acompanhado satisfatoriamente pela infraestrutura e pelas pesquisas. A localização do CNPSO em Londrina - PR e a limitação estrutural, impediam que a EMBRAPA agisse por conta própria no Centro-Oeste, obrigando-a a buscar parceiros "in loco" (FAMATO).

Numa primeira tentativa a Embrapa e a empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária – (EMPA) envolveram parceiros com a iniciativa privada como o Grupo Itamarati (Fazenda Itamarati Norte), em Tangara da Serra (MT) e a APROSMAT, mas a fragilidade da Empresa Estadual de Pesquisa e o abandono da atividade, pela Itamarati, frustraram essa iniciativa. Essa fase coincidiu também com o período do "governo Color", momento de transição, com transferência de papéis da instituição Governamental para a iniciativa privada. Nesse período verificamos o fechamento do IBC – Instituto Brasileiro do Café, CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenagem, EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, COBAL – Companhia Brasileira de Abastecimento, etc; além de cortes nas verbas destinadas à pesquisa.

Diante desse quadro só mesmo a união da classe produtora poderia dar um novo rumo à pesquisa. Foi o que a APROSMAT e a FMT, com sede no município de Rondonópolis, envolvendo 22 produtores de sementes, proporcionaram a dotação orçamentária para a decolagem do novo programa de pesquisa no cerrado Mato-grossense criando a Fundação Mato Grosso, uma instituição privada para desenvolver pesquisas em melhoramento genético e orientação técnica para as culturas de soja e algodão em conjunto com a EMBRAPA. Os recursos iniciais foram obtidos por meio das vendas das cotas aos associados gerando um caixa inicial de US\$ 420.000,00 (FAMATO).

Nascia então no Mato Grosso uma parceria entre a EMPRAPA e a FMT, para ações urgentes como a eliminação de doenças por meio da melhoria de variedades existentes, e ações de médio e longo prazo através do desenvolvimento de novas variedades mais produtivas e adaptadas às condições de cerrado (FAMATO).

Inicialmente o único objetivo era a obtenção de nova cultivar. Posteriormente esse resultado se desdobrou em outros produtos virtuais como promoção e difusão de tecnologia, envolvendo muitas outras parcerias, nos mais diversos eventos técnicos realizados pela FMT, dando a sustentabilidade financeira ao programa. A geração de impostos pela produção agrícola regional criou incentivos para a participação de instituição governamental (Prefeituras Municipais e Secretárias de Agricultura) permitindo que a FMT levasse os benefícios da pesquisa e dos pacotes tecnológicos não só no Mato Grosso, mas também a outros estados produtores como Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Bahia, Amazonas, Minas Gerais e Maranhão.

Com a parceria, a FMT passou a ter acesso a um vasto banco de germoplasmas de soja (CNPSo) em Londrina e de algodão (CNPA) em Campina Grande – PB, e atuar como agente de pesquisa que promove as seleções, obtém novas combinações genéticas, faz sucessivos testes, obtém novas cultivares (semente genética) já adaptada às condições locais, promove sua multiplicação, e as entrega aos "sementeiros", que as colocarão no mercado consumidor, os produtores de grãos ou fibras (EMBRAPA).

A FMT inovou na pesquisa científica na medida em que aproximou os pesquisadores dos clientes, eliminando os problemas de localização antes enfrentados pela EMBRAPA. Os produtores de semente, apesar de competirem entre si, passaram a ser multiplicadores das novas variedades além de serem os responsáveis por testarem este novo material genético nas mais variadas localidades, ao mesmo tempo. Essa extensa malha de experimentos, aliada à infra-estrutura disponibilizada pelos parceiros, e as condições climáticas favoráveis do Centro Oeste, permitiram maior rapidez na multiplicação dos materiais genéticos, com utilização de campos irrigados durante o inverno, reduzindo prazos de lançamentos de novas variedades de 10 anos em média, para até cinco anos. Em uma década apenas, já foram disponibilizadas mais de 30 novas variedades de soja e algodão.

Não bastou, porém, disponibilizar variedades e técnicas avançadas de produção para obter elevados ganhos de produtividade. A FMT logo identificou que era preciso levar de forma até individualizada todo o "pacote" tecnológico

adequado a cada micro região e passou a promover uma série de seminários, “dias de campo”, encontros técnicos de atualização, disponibilizando dentre outros os serviços de: análise dos níveis de fertilidade do solo; identificação dos fatores limitantes, como existência de nematóide de cisto, identificação das melhores variedades para cada região e para cada época de plantio. Desta maneira, a parceria da EMBRAPA e FMT dinamizou a pesquisa agrícola no estado e sua incorporação pelos produtores rurais (FAMATO).

Outro caso relevante para demonstrar que a interação público-privada pode gerar bons frutos é a cultura de algodão no Mato Grosso. Através de um programa idealizado pelos produtores e elaborado em conjunto com o Governo Estadual, foi se implantado em 1997 o Proalmat (programa de incentivo a cultura do Algodão), o qual desonerava até 75% do ICMS para a comercialização de algodão em pluma, índices condicionados a vários requisitos, entre os quais a melhoria da qualidade da fibra do algodão, geração de emprego e respeito ao meio ambiente. Levando o Estado do Mato Grosso a aumentar vertiginosamente a produção de algodão, saindo de 9% da produção nacional em 1996 para 46% em 2003 (CONAB, 2003), gerando milhares de empregos, e aumento a arrecadação do Estado em 1009% em ICMS provindos do algodão (SEFAZ).

Embutido dentro do Proalmat foi criado o Facual(Fundo de Apoio a Cultura do Algodão), gerenciado pela iniciativa privada em parceria com o governo, tendo como meta o investimento em pesquisas de melhoramento genético, controle de pragas, capacitação da mão-de-obra, ou seja , um programa para aumentar a competitividade do algodão mato-grossense, através da destinação de cerca de 15% da isenção do ICMS, para o fundo. Com esta iniciativa e outros projetos com o mesmo propósito Mato Grosso, aumentou sua produtividade algodoeira de 600Kg/Há para 1300Kg/há em quatro anos, levando junto com Goiás o Brasil de volta a auto-suficiência de Algodão (FAMATO).

As parcerias público-privada a agricultura concretizou-se no Centro-Oeste, especificamente a soja no Mato Grosso com ganhos de produtividade e eficiência, comparados com a região Sul, e condições de competição com a agricultura americana, no quesito produtividade. (vide, gráfico 3).

Como o exposto por Rezende (1993), a agricultura competitiva no cerrado apenas foi possível através do emprego de tecnologia, para a “produção de solos” adequados para o plantio. Devido ao solo mato-grossense ter uma produtividade extremamente reduzida quando utilizado em seu natural, como o exposto anteriormente (vide tabela 2), seria inviável uma agricultura empresarial eficiente nestas condições naturais, ou com baixo emprego tecnológico, como acontecia na região Sul e Sudeste antes da década de 70. Desta maneira, a absorção das novas práticas agrícolas por parte do empresariado rural mato-grossense juntamente com o aporte de capital viabilizado com investimento público, incentivando a mecanização e a pesquisa agrícola tornaram-se primordiais para a constituição do agronegócio no Mato Grosso.

3.4. Desenvolvimento Agroindustrial

A partir da década de 80, ocorre no Estado um crescimento econômico mais substancial, como resultado das inversões de capitais externos e nacionais que ali implantaram importantes conglomerados agroindustriais. Esse processo, realizado sob a égide das políticas públicas de incentivo à modernização agrícola na Região Centro-Oeste e de aproveitamento racional dos cerrados, foi assim, viabilizado com forte apoio do Estado Nacional, pela associação entre os investimentos em infra-estrutura de transporte, de energia e de telecomunicações, a concessão de incentivos fiscais e crédito subsidiado, e a criação de órgãos de apoio especializados.

Resultado disso, a agroindústria e a conformação de toda uma estrutura produtiva de logística de suporte à produção de matérias-primas e alimentos vêm a constituir-se em elementos motores, no ritmo e da grandeza do crescimento economia agrária mato-grossense.

Sendo que, esta que esta rede agroindustrial que se deslocava para o Mato Grosso na década de 80, seguindo os passos da produção de soja, era constituída essencialmente de indústrias processadoras de farelo e óleo de soja,

culminando numa situação de concentração agroindustrial em torno da cadeia da soja, que perdura atualmente.

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DIFERENTES SETORES AGROINDUSTRIAIS (ICMS/1998)

Setores	Participação
Derivados de Soja	49%
Frigoríficos Bovinos	30%
Soja em Grão	7%
Álcool e Derivados de Cana	6%
Agropecuária Diversos	4%
Café	2%
Demais Setores	2%

Fonte: Secretária da Fazenda do Mato Grosso

A marcha da indústria processadora para as regiões de fronteira, seguindo o caminho da matéria-prima (e trazendo consigo outros segmentos da mesma indústria), pode ser explicada pelo elevado percentual (aproximadamente 65%) que representa a matéria-prima nos custos operacionais de uma planta esmagadora de óleos vegetais. (Castro, 1995)

Esta interiorização das indústrias de processamento, trouxe muitos benefícios para a região: criação de emprego especializado reduzindo o deslocamento de força de trabalho para as concentrações industriais no centro do país; a disponibilidade de farelo de soja e milho, induz a integração mais completa do parque agroindustrial na região, com a produção local de proteína animal. A exemplo do Centro-Sul, houve na região Centro-Oeste, em menor escala no Mato Grosso, o crescimento na região de uma indústria avícola e suinícola integrada ao complexo soja; a industrialização da soja no Centro-Oeste, favorece também o Nordeste e o Norte que ficam mais próximos de pólos industriais; o produtor da região é beneficiado, com escoamento racional de sua matéria-prima dada a defasagem existente entre o preço pago pelo seu produto e o pago no Sul em virtude da presença da agroindústria próxima ao local de

produção da matéria-prima; o consumidor final e as indústrias que integram o complexo também são beneficiados, com a redução do diferencial de preços do óleo de soja e seus derivados entre as regiões brasileiras. (Pereira, 1992)

O estado do Mato Grosso demonstra bem esses fatos, com o parque industrial de transformação de grão em óleo e farelo que foi implantado, gerando emprego e descentralizando espacialmente a produção, na medida em que a indústria tem acompanhado a expansão da fronteira agrícola, entretanto com uma defasagem temporal, pois a implantação fábricas processadoras, inicia no estado apenas no final da década de 80. As indústrias processadoras sediadas no Sul e Sudeste, instalaram entrepostos de comercialização, apenas no final da década é que o volume das operações justificou investimentos na implantação de plantas processadoras. Havendo deste então, um crescimento gradual na capacidade instalada de processamento, como nota-se no caso da agroindústria da soja na tabela a seguir.

TABELA 8 – Capacidade Instalada de Processamento de soja no Mato Grosso

Ano	Brasil	Mato Grosso	MT(%)
1989	103.940	1.200	1,2%
1991	100.426	6.600	6,6%
1993	125.040	6.700	5,3%
1995	116.280	8.330	7,2%
1998	113.529	10.800	9,8%
2002	110.560	14.500	13,1%

Fonte: Abiove

Entretanto, as empresas agroindustriais na região não são um processo recente em se tratando de beneficiamento superficial de produtos como arroz, abate de animais, etc. O que aconteceu mais fortemente na última década é a presença de indústrias de grande porte, que tem suas operações direcionadas para todos ou para a maioria dos setores, atuando no mercado nacional e no mercado internacional de commodities, nas cadeias de carnes e principalmente grãos. Sendo que até meados da década de 90 as unidades processadoras na região eram eminentemente formadas de capital nacional, e que a partir de 1995

com as mudanças na política de exportação: retirada de incentivos para a exportação de farelo e óleo e benefícios a exportação do produto “in natura”, há uma mudança na política das empresas nacionais, concentrando o setor de processamento na mão de grandes multinacionais (ADM, Bunge, Cargill).

Portanto, as grandes empresas deslocam-se para o Mato Grosso buscando economias de escala, aumentando a eficiência e com melhores produtos, formando uma cadeia produtiva, principalmente a soja, provocando efeitos multiplicadores, aumentando a renda, a arrecadação, geração de empregos e desenvolvimento no estado.

CONCLUSÃO

As principais conclusões a que se pode chegar sobre os elementos explicativos do desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso, a partir da década de 80, estão relacionadas à interação entre investimentos e políticas públicas, aptidão da região a agricultura mecanizada e o agente receptor e dinâmico deste processo, que se constitui na classe do empresário rural.

Anteriormente, ao boom de crescimento da agricultura mato-grossense, década de 60 e 70, o Estado brasileiro, percebeu que o setor rural brasileiro, poderia torna-se um enclave no desenvolvimento econômico do país, como já vinha demonstrando sinais (crise de abastecimento 1962, surtos inflacionários). Desde modo, procurou despender mais atenção a este setor desprezado, devido a onda da industrialização. Com políticas de créditos subsidiados, investimentos em pesquisa agrícola e infra-estrutura, modernizou a agricultura brasileira, principalmente as culturas para exportação (como constatou-se na tabela 2), a quais detinham bons preços internacionais.

Conjuntamente com este processo de modernização, o Estado, iniciou um processo de incentivo ao povoamento das regiões centrais do Brasil. O qual propiciou que a agricultura tecnificada presente no Sul e Sudeste expandisse para o Mato Grosso. Devido também, à capitalização que esta agricultura exigia, houve um certo processo de concentração agrária no Sul, sendo que muitos agricultores viram-se obrigados e atraídos a migrarem para a região de fronteira agrícola. Constituindo, a agricultura mato-grossense uma ramificação da moderna agricultura que havia nascido no Sul e Sudeste.

No Mato Grosso, a infra-estrutura, suporte de preços, créditos a custeio agrícola, etc. Propiciou para o produtor rural uma base sólida, para que se desenvolve em sua atividade, e este com seu “espírito” empreendedor, apto a aceitar as inovações tecnológicas, fez do solo mato-grossense o qual, não possuía nenhuma aptidão agrícola (Vide tabela 4), os maiores em produtividade

no Brasil e do Mundo (**Vide gráfico 3**), graças a forte pesquisa agrícola por parte da EMBRAPA conjuntamente com organizações privadas no desenvolvimento de novas variedade de sementes, fertilizantes, manejo de solo e interação do empresário agrícola com a indústria de máquinas e implementos agrícolas para o desenvolvimento de grandes maquinários adequados as extensas lavouras do Mato Grosso.

O estado do Mato Grosso, devido essa interação de fatores, transformou-se hoje o maior produtor de grãos do país, com altos índices de produtividade com uma próspera agroindústria que detém 14% da capacidade de processamento de oleogioniosas do país com baixíssima capacidade ociosa. Levando a economia mato-grossense a ter um ritmo de crescimento superior a média nacional nas últimas duas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP-UNESP, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS (ABAG). Disponível em: www.abag.com.br Acesso em: 10 outubro. 2003

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). Disponível em: www.anfavea.com.br Acesso em: 02 dezembro. 2003.

ÁVILA, A.F.D. e R.E. EVENSON (1995). **Total factor productivity growth in the Brazilian agriculture and the role of agricultural research**. In: XXXIII

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Curitiba: *Anais...* Sociedade de Economia e Sociologia Rural, 1995, v. 1, p. 631-657.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). DISPONIVEL EM: www.conab.gov.br, Acesso em: 05 fevereiro. 2004

BAER, Werner. **Desempenho da agricultura**. In: A ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo: Nobel, 1996, pp. 308-329.

CASTRO, A. C.; FONSECA M. da G. **A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

COELHO, C. N. **70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001)**. In: REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - Nº 03, 2001 . Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CUNHA, A. S. **Uma Avaliação da Sustentabilidade da Agricultura no Cerrados**. Brasília: IPEA, 1994 (Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa, 11).

DELGADO, G. C.; GASQUES J. G.; VILLA VERDE C. M. **Agricultura e Políticas Públicas**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA): Disponível em: www.embrapa.gov.br, Acesso em: 25 de novembro de 2003.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FAMATO): Disponível em www.famato.org.br, Acesso em: 25 de novembro de 2003.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* Sociedade de Economia e Sociologia Rural, 1990, v. 1, pp.185-213.

GOLDIN, I.; REZENDE G. **A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

GONZALEZ, B. C.; MIRANDA A. L. **A agropecuária brasileira e o Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1989.

JESUS, N. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MELO, F. H. de. **O problema alimentar no Brasil: A importância dos desequilíbrios tecnológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MELLOR, J. W. **O Planejamento do Desenvolvimento Agrícola**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1967

MENDES, J. G. **Economia Agrícola**. Curitiba: UFPR, 1989.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em: <www.sefazmt.br> Acesso em: 12 setembro. 2003.

SHWARTZMAN, J. **A Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975.

SIMONSEN, M. H. **Dinâmica Macroeconômica**. São Paulo: Makron Books, 1991.

PEREIRA, L.B. **O Estado e a agricultura paranaense no período 1975-85**.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO R.; WEDEKIN I. **Agenda para a Competitividade do Agribusiness Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.